

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011587-14.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Jean Carlo Henrique Bergamasco**
Requerido: **Luizaseg Seguros S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um telefone celular junto ao Magazine Luiza, ajustando na mesma data sua garantia estendida perante a ré.

Alegou ainda que após um ano o aparelho começou a apresentar problemas de funcionamento que não foram sanados, de sorte que almeja à restituição dos valores que desembolsou.

A ré em contestação reconheceu que por três vezes foi acionada pelo autor em virtude de problemas no produto comprado por ele, além de assumir a sua garantia estendida.

Admitiu, outrossim, que aos reparos que implementava sobrevinham novas solicitações do autor pelos mesmos problemas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Diante desse panorama, procurou eximir sua responsabilidade pelos fatos noticiados com o argumento de que, sendo o vício oculto oriundo da fabricação do aparelho, a culpa na espécie seria exclusiva de terceiro, aplicável à hipótese a regra do art. 14, § 3º, inc. II, do CDC.

A ré, como se vê, não refutou de um lado os fatos articulados pelo autor, ao passo que de outro não é beneficiada pela norma legal aludida na medida em que o fabricante não se apresenta como terceiro em decorrência de sua ligação jurídica com ela própria.

Calha a propósito o magistério de **RIZZATTO**

NUNES:

“Se a pessoa que causou o dano pertencer ao ciclo de produção do serviço – porque serviço também tem seu ciclo próprio de produção –, executado pelo prestador responsável, tal como seu empregado, seu preposto ou seu representante autônomo, ele continua respondendo. Essa hipótese, a par de ser passível de ser estabelecida por interpretação do sistema de responsabilidade estatuída, tem, conforme já observamos, correspondência na regra do art. 34 ('O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos'), bem como naquelas outras também já apontadas no parágrafo único do art. 7º e nos §§ 1º e 2º do art. 25.

Assim, repita-se, o prestador do serviço só não responde se o acidente foi causado por terceiro autêntico. Assim, no caso de queda do avião, a exclusão por culpa do terceiro se daria, por exemplo, se o avião fosse derrubado por um foguete e não porque o motor sofreu pane” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, páginas 288/289 - grifei).

Essa orientação aplica-se *mutatis mutandis* à espécie dos autos e como é inegável a ligação entre a ré e o produtor do bem que ela segurou (seu surgimento no caso, aliás, somente se deu a partir da atuação do último), conclui-se que a primeira se insere na cadeia de produção da mercadoria no contexto perfilhado pelo Código de Defesa do Consumidor.

Em consequência, as falhas do produtor à evidência não têm o condão de afastar a responsabilidade da ré, razão pela qual se reconhece sua obrigação em promover a restituição postulada.

Num único ponto, todavia, assiste razão à ré.

Utilizando o autor o seguro que contratou, não se justifica a devolução do montante que lhe dizia respeito e por esse motivo a condenação se restringirá ao valor do aparelho trazido à colação (ressalvo, inclusive, que o próprio autor a fl. 27 externou sua concordância com tal medida).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 807,68, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2016 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo *in albis*, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 23 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**